



A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo e Constitucional	Belo Horizonte	ano 7	n. 27	p. 1-254	jan./mar. 2007
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Variaciones y contrapuntos en los nuevos sistemas de contratación de actividades económicas públicas en Argentina. Crisis del estado, crony capitalism y alteración de la gobernabilidad económica

Isaac Augusto Damsky	11
1 Reflexiones iniciales	11
2 Incidencias de los fenómenos de crony capitalism sobre las estructuraciones contractuales públicas	13
3 El desarrollo de nuevas modalidades de contratación pública	19
3.1 Data Room	26
3.2 Utilización del data room en el sistema contractual público argentino	29
4 mecanismos de participación en la elaboración de la documentación contractual. Nuevas tendencias	34
5 Incorporación de las modalidades de contratación pública. Su compatibilidad o disfuncionalidad	35
5.1 El data room como modalidad de elaboración participativa de normas	37
6 Epílogo	40

Autonomia das Procuradorias dos Estados

José Augusto Delgado	43
1 Introdução	43
2 A atuação relevante das Procuradorias dos Estados acena para a sua autonomia. Apoios a essa pretensão	46
3 Autonomia e responsabilidades. Código de Ética	57
4 Conclusões	58

Princípio da isonomia e critérios para a discriminação positiva nos programas de ação afirmativa para negros (afro-descendentes) no ensino superior

Evandro C. Piza Duarte	61
Introdução	61
Ontem e hoje: a persistência do tema da igualdade	63
A sensibilidade a fatores sociais nas formas de acesso ao ensino superior público: as "cotas raciais"	66
A sensibilidade moral para as desigualdades: qual igualdade?	68
Indiferença moral e reconhecimento de direitos na Constituição	77
O ponto de partida para justificar políticas de ação afirmativa para a população negra: a distinção entre desigualdades naturais e sociais	86
Políticas públicas fundadas na raça e políticas públicas de combate ao racismo: o racismo como sistema de valores que afeta a comunidade	91
O estabelecimento de "cotas raciais" nas universidades públicas e sua adequação ao princípio da igualdade	101

Participação popular no processo legislativo		
Adriano Sant'Ana Pedra		109
1	Introdução	109
2	Plebiscito	110
3	Referendo	111
4	Iniciativa popular	113
5	Veto popular	117
6	Considerações finais	118
	Referências	119
Democracia, direitos humanos e proteção ao meio ambiente no contexto da integração regional		
Eduardo Biacchi Gomes		121
1	Introdução	121
2	Laudos arbitrais do Mercosul	123
2.1	Laudo Arbitral nº 1/2005 do Tribunal Permanente de Revisão	123
2.1.2	Laudo Arbitral nº 2/2006	127
3	Considerações finais	133
Regime próprio de previdência do servidor público – Os princípios da segurança jurídica e proteção da confiança e os direitos em formação		
Marcelene Carvalho da Silva Ramos		137
1	Introdução: contextualizando a questão previdenciária do servidor público no âmbito normativo constitucional e o poder de reforma constitucional	137
2	A previdência social como direito fundamental social na CF/88	144
3	Os limites materiais ao Poder de Reforma do Constituinte Derivado: os direitos em formação	150
4	Conclusões propositivas: o sistema principiológico do ordenamento constitucional brasileiro aplicável à previdência social dos servidores públicos como garantia dos direitos em formação	152
	Referências	154
Limites à imposição de sanções administrativas – Multas pecuniárias tributárias		
Frederico Valdez Pereira		157
1	Introdução	157
2	Sanções penais e sanções administrativas	161
3	Novos paradigmas do Direito Administrativo	168
4	A incidência dos princípios do não-confisco e da proporcionalidade sobre as multas tributárias pecuniárias	173
4.a	Princípio do não-confisco	173
4.b	Princípio da proporcionalidade	177
	Conclusão	182
	Referências	183
A necessária interação entre o Direito e a economia diante da regulação do Estado na ordem econômica		
André Felipe Canuto Coelho		185
	Introdução	185
1	A racionalidade econômica por trás do interesse público	187
2	As teorias econômicas de intervenção pública	191
2.1	A mobilidade de fatores	194

2.2	A concentração econômica	194
2.3	As externalidades	196
2.4	Os bens coletivos	197
2.5	O acesso às informações	199
2.5.1	A seleção adversa (<i>adverse selection</i>) e a álea moral (<i>moral hazard</i>)	201
	Conclusão	203
	Referências	204

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADI – Mini-Reforma Eleitoral – Alegada ofensa ao princípio da anterioridade da Lei Eleitoral (CF, art. 16) – Inocorrência – Proibição de divulgação de pesquisas eleitorais quinze dias antes do pleito – Inconstitucionalidade – Procedência parcial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.741-2/DF	209
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Aposentadoria compulsória de Magistrados, Membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União aos 70 anos de idade – Emenda nº 20/1998 – Impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade da norma impugnada quando a norma por ela revogada padece do mesmo vício de inconstitucionalidade e não foi objeto da ação direta. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.883-9/DF	235
--	-----

Índice	247
--------------	-----

Instruções para os autores	253
----------------------------------	-----



A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo e Constitucional	Belo Horizonte	ano 7	n. 28	p. 1-256	abr./jun. 2007
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Limites de esgotamento da lei e do regulamento como fontes do Direito Administrativo no Brasil: aspectos introdutórios	
Rogério Gesta Leal	11
1 Notas introdutórias	11
2 As fontes do Direito: velhos e novos problemas	12
3 Insuficiências teóricas e pragmáticas no âmbito das fontes tradicionais do Direito contemporâneo	15
4 Possibilidades empírico-criticistas de soluções às insuficiências das fontes tradicionais do Direito Administrativo	18
Referências	25
O Direito-Narciso – Nova ameaça à jusfundamentalidade dos direitos	
Vanice Lírio do Valle	27
1 Introdução	27
2 O Direito-Narciso, ou a pretensão de auto-suficiência como nova ameaça aos direitos fundamentais	29
3 O Direito-Narciso e as distorções de sua imagem na água	34
4 O Direito-Narciso reencontrando sua ninfa: a cidadania	40
Referências	43
Superação das antinomias entre a legislação e a Constituição no exercício da advocacia pública	
Cláudio Grande Júnior	45
Introdução	45
1 Hodierna advocacia pública	46
1.1 Tratamento constitucional	46
1.2 Importância para o Estado Democrático e Social de Direito	49
2 Controle interno de constitucionalidade e antinomias normativas	54
2.1 Parâmetros e objeto do controle interno de constitucionalidade	54
2.2 Inexecução de leis inconstitucionais pelos chefes de poderes e de órgãos independentes	58
2.3 Antinomias normativas e sua superação pela Administração Pública	64
Conclusões	71
Referências	72
“Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção”: inovações ao Decreto nº 6.075, de 03.04.07	
Francisco de Salles Almeida Mafra Filho	77
Introdução	77
Art. 1º	78
Caput do artigo 3º do Decreto nº 4.923	78
Inciso I	78
Alíneas “g” e “h”	78
Inciso II	79
Inciso III	79

Alínea "f"	79
Alínea "g" – Representantes dos trabalhadores	79
Alínea "h" – Representantes dos empregadores	79
Alínea "i"	80
Alínea "j"	80
O §2º do artigo 3º do Decreto nº 4.923	80
O §5º do artigo 3º do Decreto nº 4.923	81
O §6º do artigo 3º do Decreto nº 4.923	81
O §7º do artigo 3º do Decreto nº 4.923	82
Art. 5º do Decreto nº 4.923	82
Conclusões	82

Ponderação de interesses: acesso ao emprego público versus garantia de proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa consistente numa indenização. Visão crítica sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotado na ADIn nº 1.770-4, a respeito da não extinção do contrato de trabalho do empregado público pela aposentadoria voluntária

Luiz Allende-Toha de Lima Bastos	83
1 Introdução	84
2 Acesso ao emprego público	84
2.1 O princípio da acessibilidade ao cargo público e emprego público no Direito	84
2.2 O princípio de acesso ao cargo e emprego público na Constituição Federal de 1988	86
3 Garantia contra a despedida arbitrária ou sem justa causa consistente numa indenização compensatória	88
4 Unidade da Constituição	89
5 Decisão do STF na ADIn nº 1.770-4 sobre a extinção do contrato de trabalho do empregado público pela aposentadoria voluntária	90
6 A relação jurídica entre a Administração Pública e o empregado público	93
6.1 Empregados públicos	93
6.2 Derrogação das normas de Direito Privado às entidades da Administração Indireta	94
7 Ponderação de interesses entre o acesso ao emprego público e a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa	96
7.1 O novo Direito Constitucional	96
7.2 A nova interpretação constitucional	97
7.3 A ponderação de interesses	99
7.4 A identificação do conflito principiológico	100
7.5 O princípio da proporcionalidade e a ponderação de interesses	103
7.6 O uso da ponderação de interesses na colisão do princípio de acesso ao emprego público versus garantia de proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa consistente numa indenização	104
7.7 Possibilidade de modificação de entendimento do STF	108
8 Conclusão	110
Referências	111

A Emenda Constitucional nº 45 e a desconstrução do Direito Internacional: apontamentos críticos

Sandro Schmitz dos Santos	115
1 O contexto em que surge a emenda	115
2 Os tratados de direitos humanos	116
3 A previsão expressa ao Tribunal Penal Internacional	121

4	A modificação de competências internacionais dos Tribunais Superiores	122
5	A federalização dos crimes de Direitos Humanos	123
6	A arbitragem	126
7	Oportunidades perdidas	126
	Conclusão	127
	Referências	128

Afastamento da função jurisdicional de magistrado, em virtude de processo administrativo disciplinar, não poderá exceder 120 dias – Inteligência do art. 147, da Lei nº 8.112/90

Mauro Roberto Gomes de Mattos	129
1 Considerações iniciais	129
2 Noção de prazos no Direito Processual Disciplinar	132
3 Duração razoável do processo administrativo disciplinar	139
4 Afastamento das funções judicantes do magistrado em razão de processo disciplinar não pode exceder 120 dias	145
5 Conclusão	148

Democracia deliberativa e jurisdição constitucional

Heloísa da Silva Krol	151
1 Considerações iniciais	151
2 Justificativas da democracia	152
3 A democracia deliberativa	156
4 O papel da jurisdição constitucional	159
5 Considerações finais	163
Referências	164

El Derecho Público Colombiano

Jorge Enrique Ibáñez Najjar	167
I Las relaciones entre el Derecho Constitucional y el Derecho Administrativo en Colombia	167
II Análisis sobre la proyección del modelo de Estado en el conjunto del Derecho Administrativo colombiano	169
III Los fines esenciales del Estado y los principales principios y criterios constitucionales que afectan al Derecho Administrativo	180
IV Análisis de las instituciones del Derecho Administrativo que han sido elevadas a rango constitucional	191
Bibliografía	192

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdão na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADI – Artigo 51 e parágrafos da Constituição do Estado de Santa Catarina – Adoção de medida provisória por Estado-Membro – Possibilidade – EC nº 32/01 – Necessidade de previsão no texto da Carta Estadual e da estrita observância dos princípios e limitações impostas pelo modelo federal	
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.391-8/SC	197

Índice	249
---------------------	-----

Instruções para os autores	255
---	-----